

BREVE PANORAMA HISTÓRICO E INTRODUTÓRIO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Isabela Lapa Silva

Viviane Rufino da Silva^{1*}

Resumo: Este artigo objetiva fazer uma breve introdução à história da Análise Crítica do Discurso (ACD), apresentando suas origens e seus expoentes. Ressaltamos seu aspecto inovador, conciliando a análise linguística e a análise social, e as posturas adotadas nas pesquisas dessa área. A partir disso, trabalhamos na definição e na delimitação dessa área do conhecimento, desenvolvendo os conceitos fundamentais apresentados por ela. Além disso, buscamos trazer à discussão como a ACD encontra-se hoje e quais perspectivas ela construiu.

Palavras-chave: ACD; discurso; análise crítica.

Abstract: This article aims to make a brief introduction to the history of Critical Discourse Analysis (CDA), presenting its origins and exponents. We outlined its innovative aspect, combining linguistic and social analysis, as well as the approaches adopted in this research area. From that, we worked on the definition and delimitation of this area of knowledge by developing the fundamental concepts underlying it. In addition, we sought to discuss its status nowadays.

Keywords: CDA; discourse; critical analysis.

1 * Graduandas em Letras Bacharelado pela Universidade Federal de Pernambuco. Artigo realizado para a disciplina de Linguística I, sob a orientação do Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo expor brevemente um panorama sobre a Análise Crítica do Discurso (ACD). Começaremos com dados mais históricos, expondo em que momento essa área do conhecimento surgiu, bem como as circunstâncias que lhe deram impulso e sustento face aos paradigmas mais tradicionais da Linguística. Mostraremos também quais foram os nomes que tomaram a frente dessa nova abordagem, a qual é marcadamente transdisciplinar, e que, buscando análises fundamentadas nos processos linguísticos e sociais, os quais configuram e perpassam os discursos orais e escritos, discute sobre essa ação e suas articulações em meio à intrincada rede de práticas sociais da vida humana. Para tratar desta abordagem é necessário ainda esclarecer que essa adota a concepção da linguagem como prática social e, portanto, lugar de interação, considerando a relação interna, recíproca e dinâmica entre língua e sociedade. Dessa tensão, surge o interesse da ACD, que propõe uma teoria prática e crítica para o estudo de transformações sociais, a partir da análise de novos usos linguísticos em suas múltiplas dimensões e funções, de forma situada, desvelando os papéis dos discursos na consolidação ou, com mais ênfase, na ruptura de estruturas sociais desiguais de poder. Esse novo olhar que surge com a ACD permite que sejam desenvolvidas importantes críticas diante de problemas sociais em voga e interligadas com “discursos institucional, político, de gênero social e da mídia (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito” (WODAK, 2004, p. 224). Dessa forma, em síntese, veremos as origens da ACD e por quais meios ela se estabeleceu, assim como as distinções e semelhanças entre suas vertentes de ação, suas bases conceituais e seus efeitos alcançados e possíveis, nos campos teóricos e práticos, abrangendo não só a vida acadêmica, mas o espaço social como um todo.

Para dar conta de tais objetivos, usaremos como referencial teórico, expoentes importantes na discussão e desenvolvimento dessa área, como Resende e Ramalho (2011), Amaral Oliveira (2013), Foucault (1999; 1989), aqueles que impulsionaram e continuam impulsionando esta, ainda jovem, área do conhecimento, como Fairclough (2001) e van Dijk (2008), além dos artigos de Resende (2012), Wodak (2004), Magalhães (2005), Caldas-Coulthard (2007) e Ferreira de Melo (2009). Dividiremos o trabalho nos seguintes seções: história da ACD, com dados históricos acerca do contexto de surgimento desta área; o que é ACD, a fim de construir e desenvolver junto ao leitor, a definição mais sólida e clara do que esse campo de investigações representa de novo; conceitos preliminares, em que trabalharemos noções fundamentais para a elaboração de uma abordagem crítica, que, de certa forma, já foram apresentados nos tópicos anteriores, facilitando a assimilação dessas bases conceituais; a ACD hoje, em que trataremos do estado da arte dessa ciência no mundo e no Brasil; e, por fim, a conclusão, onde faremos um comentário geral sobre as pesquisas feitas em torno desse campo.

2. História da ACD

A Linguística Crítica representa um momento decisivo para o que viria ser a Análise Crítica do Discurso. Isso porque ela simbolizou o primeiro passo em direção a uma abordagem que tentava promover a análise linguística textual conjugada a uma teoria social, dando maior atenção aos processos linguísticos em usos políticos e ideológicos, como relembra Fairclough (2001). Em Magalhães (2005), a Linguística Crítica é apontada como o germe inicial da ACD. Ela surgiu durante os anos 70, como uma linguística funcionalista na linha proposta por Michael Halliday (um dos fundadores da Linguística Sistêmico-funcional), na universidade de *East*

Anglia, na Grã-Bretanha. Ela não focalizava apenas os aspectos formais da linguagem, mas reconhecia a conexão entre a sociedade e a linguagem, e o papel desta na estruturação de relações de poder, propondo um estudo que revelava direcionamentos ideológicos por detrás de escolhas lexicais e sintáticas, apresentando uma análise linguística para chegar às visões de mundo implícitas no contexto das estruturas sociais, usando como objeto de estudo textos orais e escritos complexos, sobretudo os discursos difundidos pelas grandes mídias de suporte impresso da época. Com isso, a LC foi um ímpeto para o que conheceríamos posteriormente como Análise Crítica do discurso.

A ACD surgiu a partir de um grupo de estudiosos, após um simpósio em Amsterdã, Holanda, em janeiro de 1991. Esses linguistas eram Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Eles pretendiam criar um método dinâmico para analisar a linguagem que abarcasse, de forma crítica, desde as teorias linguísticas às ciências sociais, mostrando seus pontos de contato e seus desdobramentos possíveis. Já no início, como aponta Wodak (2004), os estudos de análise crítica foram heterogêneos, tanto em aspectos metodológicos quanto em aspectos teóricos, mas a articulação dos pontos de semelhanças permitiu a estruturação de um grupo que discutiu, naquele momento, tendências presentes até hoje. Esse início institucional, a partir de Amsterdã, favoreceu, durante três anos, um grupo de intercâmbio chamado ERASMUS. Vários projetos marcaram esse começo, como o lançamento da revista *Discourse and Society* (1990), editada por van Dijk, a qual teve uma edição especial após o começo do intercâmbio, reunindo as diferentes visões e preferências investigativas de cada estudioso do grupo. Magalhães (2005) aponta que esse periódico ganhou peso internacional devido às discussões promovidas em seus textos, disseminando a área da análise crítica e dan-

do-lhe grande parte do seu reconhecimento no meio acadêmico.

Após esse encontro em 1991, a ACD passou a constituir-se como um grupo internacional heterogêneo e unificado de estudiosos. Heterogêneo, porque reunia diferentes caminhos de análise linguística como meio de estudo das mudanças sociais, e unificado, porque apresentava, nesses caminhos, características em comum, tais como a transdisciplinaridade, o foco no poder mobilizador da linguagem para fins de transformações efetivas nas configurações de redes de poder, o posicionamento combativo dos pesquisadores, entre outros traços, que serão vistos mais adiante em conceitos preliminares. Outro elo entre as perspectivas dos pesquisadores era a forma como concebiam o conceito de discurso. Eles entendiam que esse era um evento tridimensional, como aponta Fairclough (2001): ele era tomado como um texto, uma prática discursiva e uma prática social, colocando a ACD a serviço de uma investigação da maneira pela qual se moldam identidades, papéis sociais, interpretações, e, dessa forma, da maneira pela qual se estruturam as complexas relações entre discurso e sociedade, consideradas na opacidade semântica da linguagem, na sua mutabilidade e tensões intrínsecas em torno do poder. Wodak (2004) comenta que passaram a ocorrer simpósios anuais, após o impulso inicial do encontro em Amsterdã, e, cada vez mais, estudiosos juntaram-se em prol desse novo paradigma de Análise do Discurso, unificado em torno de um itinerário de pesquisas com foco nas semelhanças, e não nas diferenças dos aspectos a serem focalizados nas abordagens. Dessa filiação entre influências dos estudos da LC e o desenvolvimento da ACD, os anos 1970 testemunharam o surgimento de uma forma de análise do discurso que reconhecia o papel da linguagem na estruturação de relações de poder na sociedade, como aponta Wodak (2004). Esses estudos da LC, somados com o trabalho desenvolvido em *Language and Control* (1979) e o de Fairclough (1985), no

Journal of Pragmatics, no qual usou a expressão “análise do discurso crítica” pela primeira vez, contribuíram para que, anos depois, em 1991, a ACD viesse a se instaurar como um campo de estudo de fato e com maior alcance, mostrando que não veio apenas para dar conta de um quadro analítico, mas, sim, para investigar o potencial da linguagem em relação à reprodução e consolidação e/ou desconstrução e reconstrução das forças que perpetuam desigualdades sociais. De acordo com Foucault (1989), esse olhar da língua e, portanto, dos discursos como ferramentas de mudanças culturais mais amplas, ganharam relevo com o papel central que a linguagem passou a desempenhar nas transformações da modernidade, passando a ser estudado por outras áreas das ciências humanas além da Linguística. Tais práticas em prol de uma luta constante por uma realidade segregada em tantos sentidos, só ganharam ainda mais força com essa ascensão da relevância dos discursos, que como as demais práticas sociais, são formas históricas, díspares, heterogêneas e em constante transformação de se inscrever numa sociedade cada vez mais marcada pela disputa de poder, enquanto indivíduo ativo, singular e partícipe de uma coletividade. Sobre as complexas relações presentes na sociedade, Foucault diz que é preciso:

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (FOUCAULT, 1999, p. 183).

A ACD analisa também a linguagem em relação à ideologia, considerando que esta constitui e embasa a linguagem, concreti-

zando-se nas suas práticas discursivas. Fairclough (2001, p. 117) afirma: “entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”. Fairclough (2001), ao comentar os estudos de Pêcheux, por sua vez baseados no filósofo Althusser, destaca ainda que a ACD aprofunda as contribuições desses estudiosos no campo da linguagem, ao enfatizar como a sociedade se constrói pela via da linguagem, moldando realidades e sujeitos, focalizando que as questões que a atravessam, como poder e hegemonia, são vistas numa relação dialética, e enxergando na linguagem não só o elemento constitutivo dos sujeitos, mas por isso mesmo, uma via de alteração, de subversão, que estes dispõem para conferir um novo tratamento a realidade, dando voz a práticas não dominantes. Nesse sentido, Fairclough (2001) diz que a luta hegemônica se instaura na associação, desmembramento e reorganização de elementos discursivos, numa relação dialética entre as estruturas e eventos os constituem; levando em consideração que as bases estruturais são ordens de discurso mais ou menos instáveis e que o texto é tomado na sua intertextualidade, mobilizando textos e convenções outras, ele conclui que:

Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem

de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123-4)

Os jogos de poder que se constroem pelas práticas sociais diversas e a relação entre elas, constituem um quadro em que as fronteiras do “eu” e do “outro” nem sempre são respeitadas, muitas vezes sendo violadas, silenciadas e cerceadas por múltiplas forças de interferências, materializadas nos discursos que replicam desigualdades. Todavia, são nessas mesmas relações que se produzem sentidos sobre si e sobre o mundo e estes interferem na realidade, como já foi dito, no sentido de acomodar ou modificar circunstâncias de grande disparidade e dominação do outro, que por diversas razões não comunga das mesmas práticas discursivas hegemônicas. Essa relação complexa e tensa de duplo sentido entre os sujeitos e a linguagem torna a ACD uma teoria bem mais aprofundada que a LC, apesar desta ter aberto um importante caminho dentro das pesquisas linguísticas da época. Além dessas particularidades entre AC e LC, há, contudo, outras diferenças importantes a serem ressaltadas:

não obstante, considerar a ACD como uma continuação a LC é uma redução de questões fundamentais que foram explicitadas pela ADC, tanto em termos teóricos como metodológicos. A ADC estuda testes e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico. Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma pequena amostra de textos, a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea (Fowler 1996; Fairclough 2001). A ADC

oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à autoidentidade e à identidade de gênero, à exclusão social. (MAGALHÃES, 2005, p. 3)

Outras áreas de estudo da linguagem já haviam se voltado para além das suas estruturas formais. A primeira delas foi a Sociolinguística, que, com influências de áreas como a Antropologia e a Sociologia, percebeu a necessidade de “desenvolver uma disciplina mais voltada para o social e preocupada com os problemas de grupos menos favorecidos”, como expõe Caldas-Coulthard (2007). O objeto de estudo dessa área eram as variações linguísticas – olhando para as produções orais – discutidas sob o prisma do lugar social ocupado pelo falante, suas experiências, idade, classe social etc., relacionando o linguístico com o social. Apesar de incluírem categorias sociais em seus estudos, os teóricos não explicavam, a partir do instrumento linguístico, as relações de poder que envolviam tais categorias. Caldas-Coulthard (2007) segue apontando que a interpretação crítica dos discursos foi iniciada pela Linguística Sistêmico-funcional com a proposta da linguagem como uma semiótica social feita pelo estudioso Michael Halliday. Os estudos sobre os discursos ora apresentavam uma postura crítica, tentando mostrar como o discurso é condicionado por ideologias e pelas relações de poder, ora apenas descreviam as práticas discursivas sem refletir sobre elas e pensar em caminhos de mudança. A Pragmática, com um tempo, estabeleceu-se como nível de estudo da Linguística, o que contribuiu para os estudos concretos da linguagem, trabalhando com os significados extraídos a partir de um contexto extralinguístico. Mas Wodak (2004) explica que a Sociolinguística e a Pragmática tradicional correlacionavam as

variáveis contextuais de forma simplista e ingênua com o sistema linguístico, e a LC e, posteriormente, ACD, tentavam evitar estabelecer esse tipo de relação transparente entre textos e o social, promovendo uma análise profunda dos sentidos ocultos nos discursos e suas consequentes implicações sociais.

Assim, chegamos à conclusão de que a LC de Halliday, também um dos fundadores da Linguística Sistemico-Funcional, trouxe grandes contribuições para a ACD, como

a análise multifuncional de uma sentença, que é uma forma de se investigar a sentença, visando contemplar as três funções sociais da linguagem, preconizadas por Halliday (1970, 1985) e presentes em qualquer enunciado: a função ideacional, isto é, a representação social possível de se atribuir aos objetos do discurso durante sua produção; a função interpessoal, as ações sociais que se efetivam no momento da produção discursiva; e função textual, ou seja, a forma como se estrutura o texto indica determinadas ideologias e intenções de quem o produz. (MELO, 2009, p. 10).

De acordo com Melo (2009), Halliday deu continuidade aos estudos que defendiam a forte influência das circunstâncias sociais na forma linguística. Ideia similar é desenvolvida por Fairclough (2001), como já mostramos, e compartilhada no texto de Caldas-Coulthard (2007): “toda instância discursiva tem três camadas ou dimensões – é texto falado ou escrito, é uma interação entre pessoas e é a ação social”. Apesar de a ADC ser oriunda da LC, aquela ganhou forças teóricas grandes e mais aprofundadas, trazendo resultados de extrema importância para a Linguística. Dentre os nomes que se destacaram ao longo da instituição da ACD como um paradigma na academia, e que desenvolveram ou desenvolvem

trabalhos dentro da área, destacam-se Teun van Dijk, Gunther Kress, Norman Fairclough, que tem suas contribuições discutidas em Melo (2009).

Van Dijk realizou importantes trabalhos na ACD, interligando essa área com a Linguística de Texto e, sobretudo, com os estudos da cognição social. Em seus estudos, procurou observar o papel do discurso para o processamento da linguagem e, lançou um modelo cognitivo que tratava do entendimento do discurso pelos indivíduos, constituindo-se como ponto de partida para os demais modelos seguintes. A sua visão sociocognitiva dos discursos gerou muitos frutos, como a noção de acesso discursivo. Esta tratava da forma que era dada aos indivíduos de inserir-se em domínios de discursos de prestígio. Portanto, van Dijk também se preocupava em dar voz, através do discurso, àqueles que eram excluídos socialmente, isto é, que estavam nas margens dos jogos de poder, por isso estudou vários domínios discursivos. Ele classificou duas formas de manipulação discursiva para inserir tais grupos sociais; elas são a voz reportada, quando se faz uso do discurso apregoado por esses grupos, constituindo, portanto, um acesso direto à palavra, o que ele chama de construção predicativa, e quando desse grupo é falado algo, ou seja, é feito um comentário sobre ele, construindo uma imagem desses grupos por meio de um acesso indireto. A forma como tais grupos excluídos têm acesso a determinados tipos de discurso indicará qual representação social eles terão.

Gunther Kress constituiu-se “o porta voz” da escola de Halliday, na ACD, desenvolvendo e aprofundando a noção de Semiótica dentro dessa área. Como este campo trata das representações, levando em consideração signos linguísticos ou não, Kress expandiu o seu olhar para as representações além da palavra. Ele buscou entender como as diferentes sociedades valorizavam variados modos de representação, tentando entender que efeitos tais recursos repre-

sentacionais ocasionam na formação de cada indivíduo. Em Melo (2009), tem-se que Kress se destaca no desenvolvimento de teorias multimodais, ou seja, o texto não se realiza como prática, apenas, nas modalidades escrita ou falada, mas também no formato da letra escolhida, no semblante daquele que fala, na imagem somada aos significados expressos pelo material linguístico, interligado ao contexto de uso.

Norman Fairclough é responsável por postular o método da vertente mais atuante da ACD. Esse método chamado de Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) e é baseado na concepção de Teoria Social do Discurso, pois a ACD busca analisar as relações entre o discurso e os demais planos e usos dessas práticas sociais. Por isso, Magalhães (2004) aponta que, em Fairclough (1989), são estabelecidas as teorias sociais que sustentam a ACD com um *corpus* variado para delimitar a abordagem discursiva. Ela faz uso de uma análise de três níveis dos estudos discursivos, citados anteriormente, para mostrar que este é simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social. Pelos três aspectos, Melo (2009, p. 13) aponta que “calca-se a perspectiva tridimensional do discurso concebida pelo autor e entendida, respectivamente, como a dimensão da análise linguística, da análise do processo interacional e da análise de circunstâncias organizacionais e institucionais da sociedade”. Ele considera como base do seu método, a ideia de discurso como constituído socialmente, mas também, potencialmente um elemento constitutivo desse mesmo social, o que configura, vale reforçar, uma relação dialética de formação dessas ações. Esse olhar tenta revelar o aspecto transformador das práticas discursivas e não apenas seu papel de aparelhamento e de redução, como acontece na Análise do Discurso de vertente francesa de linha pecheutiana, desconsiderando a face de luta e de resistência que as mesmas práticas discursivas podem apresentar, mas que

historicamente é através das quais se subjugam, excluem e reafirmam estruturas desiguais de poder. Dessa maneira, a ACD refuta a noção de assujeitamento, em que o indivíduo se submete passivamente às determinações sociais por meio dos discursos, como é criticado por Fariclough (2001) e Oliveira (2013), acerca dos estudos de Pêcheux. Nesse sentido, os analistas críticos não veem como o sujeito pode se manter passivo diante das práticas sociais que executa, justamente por considerá-las um elemento constitutivo do humano, influenciando-o e sendo o meio pelo qual este atua, produzindo “perspectivas de mundo” a cada interação, as quais podem ser questionadas, reelaboradas e/ou estabilizadas.

No Brasil, temos como expoente da ACD as pesquisadoras Viviane Resende e Viviane Ramalho. As duas pesquisadoras mantêm vínculo com a Universidade de Brasília (UnB) e foi lá que a abordagem da análise crítica chegou e se desenvolveu com mais força no país. Em Magalhães (2005, p. 2) (também pesquisadora bastante atuante na área) é comentada a controvérsia acerca da tradução do termo *Critical Discourse Analysis* que, no Brasil, ficou “Análise do Discurso Crítica”, pois aqui: “a tradição de estudo de discurso é forte. Só para ilustrar esse ponto, o livro de Orlandi, *A linguagem e seu Funcionamento*, foi publicado em 1983 (1ª ed.). Essa tradição acadêmica consolidou-se no Brasil com a expressão *análise do discurso* (Orlandi, 1999)”.

3. O que é a Análise Crítica do Discurso (ACD)?

A ACD é uma perspectiva linguística que articula a história e a sociedade à linguagem, em toda sua dinamicidade, e oferece meios para, a partir dos estudos aprofundados do discurso, serem esmiuçados os sentidos visíveis e invisíveis que os constituem, abrindo um leque de possibilidades interpretativas críticas acerca da cul-

tura de um povo em um determinado tempo. Por isso, segundo Resende (2001, p. 25), a ACD resultou de um aprimoramento do enfoque discursivo como parte de práticas sociais dos diversos âmbitos humanos. Assim, podemos considerar uma das características marcantes da ACD, a preocupação com as interações sociais sob este enfoque provocativo, profundo e reflexivo e como caminho para construção de novos cenários sociais. Desse modo, foi necessária a criação de uma teoria que fosse aplicável, que representasse o potencial transformador amplo através da análise de mudanças no uso linguístico, trazendo à tona os múltiplos sentidos de uma reflexividade sobre o que fazemos com a linguagem e o que podemos fazer, ao tomar consciência do seu potencial.

A análise crítica do discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, última instância, opor-se à desigualdade social (VAN DIJK, 2008, p.113)

O uso da linguagem dá-se pela estrutura social em que o homem está inserido, e a ACD surge para defender um pensamento reflexivo a respeito dessa estrutura e dos usos da linguagem, a qual, sozinha, não é detentora de um poder acentuado. Portanto, os proponentes da ACD estão interessados em desenvolver um modo de análise crítica das práticas de linguagem, visando expor os processos de produção e interpretação linguística, caracterizados por

tensões sociais, contemplando, com isso, a dimensão da mudança social por meio de novas ações discursivas. Defendem, portanto, como diz van Dijk (2008, p. 114), que os analistas críticos tenham “a consciência explícita do seu papel na sociedade”. Wodak (2004, p. 236) reforça que

para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. Isso explica porque a LC com frequência adota a perspectiva dos que sofrem, e analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são responsáveis pela existência de desigualdades e que também dispõem dos meios e oportunidades para melhorar as condições gerais.

Por meio da ACD, vemos que o discurso tem uma vestimenta política e ideológica, podendo ser articulado e rearticulado por novas e possíveis ordens discursivas e, por constituir-se como parte de uma estrutura social, pela qual é moldado e é um dos seus constituintes, mantém uma relação de interioridade dialética com a sociedade. Fairclough (2001) contesta o modo com que aqueles que se apropriaram dos estudos saussurianos colocam o discurso, associando-o aos usos individuais da língua (*parole*) e, portanto, usos imprevisíveis, caóticos e assistemáticos. Fairclough nega também as concepções sociolinguísticas, pois, mesmo defendendo o estudo científico dos usos da linguagem em uma perspectiva social, tem uma visão situada de apenas um lado dessa equação, não explorando a faceta fundamental do discurso para a configuração, repetição e transformação da estrutura social. Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 90) destaca a visão que adota sobre essa prática: “Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual

ou reflexo de variáveis situacionais”. E redimensionando esse evento dentro das atividades humanas, diz:

o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91)

4. Conceitos preliminares

Os fundamentos epistemológicos da ACD deram-se à acerca da Escola de Frankfurt e da Teoria Crítica apreendidas por Michel Foucault, que, com um pensamento filosófico, postulou a máxima: “Saber é poder”. A Teoria Crítica procura observar o todo da sociedade contemporânea, contribuindo para uma concepção da realidade na qual se atestam a existência de discursos empiristas, ou seja, discursos frutos de diferentes experiências, e que enxergava o sujeito numa perspectiva imanente de relações que constituiriam um correlato na subjetividade deste, isto é, modos de ver e pensar a partir de diferentes experiências sociais, históricas e culturais. Esses discursos múltiplos favoreceram os processos de mudanças sociais, dando margem para que novas “histórias” (ou “histórias menores”) fossem legitimadas ao lado daquelas tidas por tanto tempo como oficiais, alterando e acrescentando a consciência dos indivíduos o poder da linguagem. Assim, a Teoria Crítica foi “a mola mestra para a concepção sociológica de boa parte do que se produziu na ACD, visto que esta propõe um diálogo entre as ciências humanas e tenta sintetizar teorias linguísticas com as teorias das Ciências Sociais”

(MELO, 2009, p. 10). Ou seja, ressaltou a consistência de uma abordagem social e, ao mesmo tempo, discursiva que constituiu visões interpretativas críticas das práticas sociais em sua diversidade.

Mesmo com a heterogeneidade do corpo teórico da ACD, as várias formas dessa disciplina ser apresentada guardam semelhanças entre si, o que permite a unicidade e coerência dos estudos na área. São pelo menos três pontos fortes em comum, segundo Resende (2012), “a interdisciplinaridade, o posicionamento e a utilização das categorias linguísticas como ferramentas para a crítica social”. Essas características complementam-se entre si e são basilares da ACD, mobilizando conceitos como crítica, discurso, hegemonia, poder e ideologia.

O conceito de crítica que é amplamente usado na ACD tem várias concepções ligadas à Escola de Frankfurt, à noção de crítica literária e, ainda, à noção marxista. Para Magalhães (2004), uma noção geral de crítica seria “distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita e focalizar a autorreflexão (sic)”. Magalhães (2004) também salienta que as aplicações práticas dos resultados das análises críticas são de extrema importância para essa área, pois contribuem com a expansão das posturas da ACD, as conexões com as várias áreas das ciências humanas, a postura de crítica e de reflexão acerca dos problemas sociais vigentes para além dos muros da academia, usando o discurso e as demais ferramentas linguísticas para enxergar meios que rompem com estruturas desiguais de poder. Essa postura deve inspirar as demais áreas do conhecimento através dessa postura como proposto em:

além da descrição ou da aplicação superficial, a ciência crítica de cada campo do conhecimento levanta questões que vão além, como as que dizem respeito à responsabili-

dade, interesses, e ideologia. Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica tem como pontos de partida problemas sociais vigentes, e, assim, adota o ponto de vista dos que sofrem mais e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas. (VAN DIJK, 1986, p. 4 apud WODAK, 2004, p. 223)

O conceito de discurso ganhou relevância com a chamada “virada discursiva” pela qual passaram as Ciências Sociais da contemporaneidade, quando os estudos discursivos passaram a ser relevantes para essa área também. Resende (2012) afirma que, para Fairclough (2000), esse interesse surgiu pelas teorizações do papel da linguagem na modernidade, percebido na enorme quantidade de textos que circulam na sociedade e em todos os campos da atividade humana. A noção de discurso, como um momento na intricada rede de práticas sociais humanas, foi disseminada ainda mais a partir dessa grande reviravolta nos estudos das humanidades. De certa forma, segundo Resende (2012), a ACD veio equilibrar a abordagem das Ciências Sociais e da Linguística acerca do discurso, pois à primeira faltavam ferramentas para a análise e à segunda faltavam um olhar abrangente do social e da Teoria Social Crítica. Vale destacar que o conceito de discurso se articula com o de prática social.

De acordo com Harvey (1992), toda prática social é composta de momentos articulados e irredutíveis a um. Na recontextualização para a ADC (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999), os momentos constituintes de uma prática social são discurso e semiose, atividade material, relações sociais e fenômeno mental (crenças, valores, desejos). Nessa perspectiva, o discurso é considerado um

momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes – o que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é elemento da prática social que constitui outros elementos sociais assim como é informado por eles em uma relação dialética de articulação (RESENDE, 2012, p.104).

Assim, é evidente que o conceito de discurso trabalhado na ACD pressupõe que não se deve analisar apenas as relações entre os diferentes momentos das práticas sociais, mas também o contexto sócio-histórico que permeia essas práticas, além de aspectos que extrapolam os âmbitos discursivos. Só assim, alcança-se a conexão entre análise discursiva e a crítica social proposta pela ACD. Van Dijk (2008, p.116) diz que:

o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social. O poder, a dominação e desigualdade entre grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um macronível de análise. Isso significa que a ACD tem que estabelecer teoricamente uma ponte que preencha a bem conhecida “lacuna” existente entre os enfoques micro e macro - evidentemente, uma distinção que é, por si mesma, um construto social (Alexander et. al., 1987; Knorr- Cetina e Cicourel, 1981). Na interação e na experiência cotidianas, o macronível e o micronível (bem como mesoníveis intermediários) formam um todo unificado.

Ainda na recontextualização de Fairclough (1997), como aponta Resende, podem ser definidas relações entre discurso e hegemonia, que também se relacionam com os conceitos de poder e ideologia, respectivamente explanados abaixo:

[...] disputa pela criação/sustentação de um status universal para determinadas representações particulares do mundo material, mental- ou seja, para certos discursos que podem ser internalizados em modos de (inter)ação social e modos de identificação (FAIRCLOUGH, 2003). Considerando-se que o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força (FOUCAULT, 1997), a ideologia figura como elemento essencial para a sustentação de relações hegemônicas em um dado contexto histórico. O conceito aberto de hegemonia, recontextualizando Gramsci, reforça o papel da ideologia no estabelecimento e na manutenção de relações de dominação, uma vez que a naturalização de práticas particulares é fundamental para a permanência de articulações baseadas no poder. (RESENDE, 2009, p. 16 *apud* RESENDE 2012 p.107)

Portanto, observa-se que, para ACD, a ideologia e o poder estão interligados com as relações hegemônicas. A ideologia é um aspecto importante, pois permite a manutenção de relações desiguais de poder. As práticas discursivas são usadas por aqueles que detêm o poder para fins que venham a consolidar e perpetuar tais ideologias, dando vestes de natural àquilo que, na verdade, não é. No entanto, ao mesmo tempo em que esse tipo de estrutura pode ser sustentada pela linguagem e guiada por uma determinada ideologia, tem-se a chance, através dessa mesma ferramenta, de romper com tais pensamentos que perpetuam contextos relacionais desiguais. Dessa forma, o poder é visto como um dos elementos centrais da vida social e nas práticas sociais encenam-se as lutas pelo seu controle entre os diversos grupos com “a intertextualidade e a recontextualização de discursos que competem entre si”, conforme aponta Wodak (2004).

5. A ACD hoje

A ACD, hoje, continua atuante e rica em suas investigações. Ao analisar-se o estado da arte, o debate do alcance das pesquisas de análise crítica é recorrente. O olhar da ACD não é somente um olhar para aqueles indivíduos reprimidos, como o fez a Análise Crítica francesa de linha pecheutiana, enxergando e descrevendo os meios de submissão e de marginalização a que são submetidos certos grupos sociais, mas também apresenta uma perspectiva que vislumbra caminhos para que essas situações de assimetria sejam modificadas. Dessa forma, é preciso encontrar meios para que as metas propostas pela ACD sejam alcançadas e tenham frutos reais na sociedade. As posturas adotadas e sugeridas por essa abordagem devem ser disseminadas dentro da academia, sobretudo a criticidade explícita e a transdisciplinaridade com foco nos discursos, uma vez que a linguagem permeia todo o conhecimento humano, e também apresenta os meios de inserção, a face de resistência social em potencial, para disputar o poder, desestabilizando as relações hegemônicas desiguais e suas ideologias de base. Resende (2012) aponta três tópicos a se pensar na discussão desse alcance: “grupos interinstitucionais de pesquisadores/as com diferentes origens acadêmicas”, pois estes podem compartilhar interesses por problemas sociais particulares, acrescentando variadas visões às discussões; o comprometimento de que os resultados alcançados sejam espalhados além da universidade, pois ainda no seu artigo, a autora afirma que “pesquisas em ADC não são feitas para as estantes das bibliotecas nem são feitas para a satisfação pessoal de nossa curiosidade como pesquisadores”; desenvolvimento de pesquisas articuladas com movimentos sociais atuantes que venham somar forças na luta por direitos e por justiça social, a partir da divulgação maciça dos resultados das investigações da ACD em pesquisas sobre práticas pedagógicas, relações institucionais, sobre a representação de gru-

pos específicos na mídia, entre outros problemas sociais atuais.

Algumas questões investigativas ainda estão em aberto e para Wodak (2004) elas não foram adequadamente discutidas. Para a pesquisadora, é preciso operacionalizar as teorias da ACD, median-do as análises linguísticas com as análises sociais. A delimitação de qual teoria linguística deve ser aplicada, com noções teóricas sólidas e claras nas análises, também é um problema relevante para Wodak (2004). A autora defende ainda as noções que precisam ser mais bem delineadas, como, por exemplo, a noção de contexto, levantando a questão “de quanta informação precisamos para analisar textos e qual é o impacto causado pelas teorias?”, o que recai na posição de crítica explícita adotada pelos pesquisadores da área. Resende (2012) afirma que “a decisão por pesquisar no âmbito da ADC é uma escolha política”. Mas mesmo com o ativismo político defendido pelos estudiosos dessa área, é preciso ter argumentações teóricas para justificar e validar as leituras e análises críticas dos textos. A autora também trata da maior aplicação da transdisciplinaridade que ainda não é totalmente presente e efetiva.

Nenhuma ciência é acabada, ela permanece aberta a novos acréscimos e novos ajustes. Todas as questões levantadas pelas autoras supracitadas acima são para elas, pesquisadoras e conhecedoras da área, pontos frágeis que merecem ser checados. No entanto, como afirma Resende (2012) “sem dúvida, a Análise de Discurso Crítica está longe de ser um empreendimento fácil. Nem por isso deixa de ser um convite instigante”.

6. Conclusão

Ao fazermos esse percurso teórico pela Análise Crítica do Discurso, neste artigo, mostramos os elementos que perpassam a ACD e sua funcionalidade, tanto aquela já alcançada, quanto

aquela ainda em potência para suprir as demandas da contemporaneidade. Para tanto, mostramos como surgiu a ACD, os objetivos, como eles foram subsidiados e as suas preocupações sociológicas atreladas ao âmbito linguístico do discurso, procurando preterir o entendimento do que é ACD e despertar o interesse dos leitores por essa área tão rica e diferenciada. Ela é potencialmente interdisciplinar e transdisciplinar, apresentando interpretações que emergem de distintos modelos de pesquisa, mas que mantêm características em comum. Além disso, é inegável a sua parcela de contribuição no sentido de suscitar a necessidade de se pensar no discurso como meio transformador das realidades sociais opressivas e desiguais, abandonando o caráter puramente teórico dos estudos críticos. Dessa forma, lança-se como forma de estudo e instrumento de interferência social. Concluímos que a ACD cumpre com o propósito de desvelar ideologias das relações de poder assimétricas que, numa relação tensa, saltam da realidade social para a análise discursiva, e que agora são devidamente estudadas e debatidas em sua complexidade e dinamicidade, com fins de construir estudos que gerem impactos positivos na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Da Análise do Discurso à Análise Crítica do Discurso: introduzindo conceitos. In: *Desvendando discursos: conceitos básicos*. Santa Catarina: UFSC, 2008, p.19-43.

VAN DIJK, T. A. Análise crítica do discurso. In: HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Orgs.). *Discurso e poder*. São Paulo: 2008, p. 113-132.

FAIRCLOUGH, Norman. Abordagens da análise do discurso. In: _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2001, p. 46-57

_____. Introdução. In: _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2001, p. 19-30.

_____. Teoria social do discurso. In: _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2001, p. 89-131.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 179-191.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MAGALHÃES, Izabel. *A Análise de Discurso Crítica*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v21nsp/29248.pdf>> Acesso em: 10 Jul. 2015.

MELO, Iran Ferreira. *Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções*. Disponível em: <<http://www.letrama-gna.com/adeacd.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2015.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução. In: Melo, Iran Ferreira. (org.). *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de*

Discurso Crítica. São Paulo: Contexto, 2011.

WODAK, Ruth. *Do que trata a ADC* - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/29>. Acesso em: 10 Jul. 2015.